

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR

ALINE FONTANIVE¹

ROBERTA SCHROEDER²

JÚLIO CÉSAR NASÁRIO³

CAROLINA MACHADO DE OLIVEIRA⁴

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI

Rio do Sul, SC, Brasil

carolina@unidavi.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a Educação Física vem sendo reconhecida como um grande meio de oportunizar a socialização, tendo um valor somatório significativo nas diversas relações de ensino aprendizagem, principalmente quando se trata de crianças, pois acredita-se que “o envolvimento da Educação Física com o indivíduo e a sociedade dá-lhe responsabilidades que extrapolam o “fazer ginástica” ou “jogar futebol” (MARINHO, 2010, p.108). Além do conhecimento corporal, a Educação Física pode proporcionar mudanças na qualidade de vida dos educandos a longo prazo, resultando no descobrimento de como é prazeroso e benéfico a execução da atividade física assim como, a convivência em novos ambientes, juntamente com o convívio com outras pessoas. A prática da atividade física na rotina de uma pessoa, pode culminar em momentos de grande satisfação individual e coletiva. A realização de atividades prazerosas conduzem à fatores positivos no desenvolvimento de aspectos físicos e mentais, adquirindo maior facilidade de envolvimento social e inibindo possíveis doenças que o ser humano está sujeito no seu dia a dia.

Sendo assim, a partir deste preâmbulo, oriundo das discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Física da UNIDAVI⁵, o presente artigo tem como objetivo discutir a importância de uma formação inicial para além de questões técnicas e biológicas e que tenha como foco a formação de um professor crítico, tendo os estágios supervisionados como conteúdo central de discussão. Parte-se da premissa de que a formação inicial em Educação Física necessita de um rol de áreas que possibilitem a visão do todo no movimento humano, contudo, parece ocorrer de forma “natural” uma excessiva preocupação com conteúdos técnicos e biológicos e uma carência de fundamentação teórica que discuta sobre lecionar de maneira crítica nos diversos âmbitos de atuação do professor de Educação Física.

Acredita-se que, para a Educação Física de fato realizar a tão almejada socialização, a formação humana e a manutenção da saúde, premissas das quais se apoia para se justificar em diversos contextos (escola, escolinhas desportivas, clubes, entre outros), de forma crítica e realmente atuante, é necessário que o professor a frente destes contextos também tenha vivido uma formação crítica no momento da graduação, para que este não seja mais uma a reproduzir práticas descontextualizadas e desprovidas de significado para o aluno.

A FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

¹ Acadêmica da quarta fase do Curso de Educação Física do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e estudante do Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Física.

² Acadêmica da sexta fase do Curso de Educação Física do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e estudante do Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Física.

³ Coordenador do Curso de Educação Física do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e vice-líder do Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Física.

⁴ Docente do Curso de Educação Física do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e líder do Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Física.

⁵ Grupo de Pesquisa desenvolvido no curso de Educação Física do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

A Educação Física sempre esteve a serviço do momento histórico. Primeiro em função da promoção da higiene idealizada pelos médicos, depois utilizada para proporcionar um “corpo sadio” para os militares, assim como para a alienação dos proletariados, e mais tarde em função do esporte como maneira de incentivar as competições e a conquista de medalhas para o “Brasil potência econômica e esportiva”. Todos os percalços pelos quais passou a Educação Física, de algum modo, serviram para elevar seu status na sociedade e chamar a atenção para a importância do movimento humano. A história vivida pela Educação Física também acarretou na inclusão desta no ambiente universitário, formando assim uma classe acadêmica da área, preocupada com questões referente à formação do professorado. Contudo, passado muitos anos desde a sua inserção no ensino superior, a Educação Física parece pouco ter mudado de seu “aparecimento” até a atualidade. Refletir sobre o currículo universitário envolve muito mais do que apenas um simples questionamento, leva em questão alunos, professores, coordenadores, sociedade e contexto histórico e estes questionamentos, em geral, passam longe dos pensamentos dos acadêmicos.

O ser humano é acomodado por natureza, discutir sobre sua matriz, tendo em vista a constituição das disciplinas e a carga horária de tais, assim como quais os objetivos ao elencar estas opções e não aquelas, não parecem ser algo que chame a atenção de um acadêmico, mesmo considerando que a formatação da matriz implicará em seu futuro profissional, na medida em que delinea a fundamentação deste futuro professor. Isso porque poucos são os alunos que ingressam com “amor” pelo curso, com a vontade de ser diferente, fazer diferente, são “N” os motivos ou a falta deles para a escolha do curso. Explica-se aí o alto índice de desistência durante a graduação, por desconhecerem o que de fato pretende a formação inicial nesta área. Quando seguem nos estudos e finalizam a etapa inicial conquistando o almejado disciplina, muitos egressos apresentam falta de profissionalismo e competência, que não raras vezes prejudicam as vivências motoras das crianças que começam a ter contato com os esportes (conteúdo hegemônico da Educação Física), principalmente no ambiente escolar. Uma história com a Educação Física que seja mais marcada por vivências de fracasso do que de sucesso (KUNZ, 2006), tende a culminar na “formação dos não praticantes de atividade física” (DARIDO, 2004).

Os professores de Educação Física que desejam de fato contribuir na formação integral da criança, devem respeitar a cultura do aluno, valorizando o fazer de cada indivíduo, propondo em suas aulas a confecção de atividades buscando a exposição de ideias e críticas dos alunos, contribuindo para que haja a liberdade de expressão, em que o conhecimento não seja apenas transferido ou repetitivo, mas que ocorra a interação aluno professor, resultando no desenvolvimento de alunos críticos, que tenham autonomia na realização de suas atividades, desenvolvendo suas capacidades de criar, poder e fazer.

Tanto na escola ou quaisquer que sejam os ambientes que haja a prática da Educação Física, o conteúdo a ser passado muitas vezes é de forma restrita, ou seja, deixando de trabalhar aspectos essenciais para um bom convívio em sociedade e uma formação verdadeiramente em saúde, ao dar uma ênfase exacerbada em questões técnicas e regulamentares, como é o caso do ensino dos esportes. É de suma importância realizar atividades que disponibilizem a independência do aluno ao executá-la. Cabe aos professores, estarem buscando a conscientização por meio de uma ressignificação pedagógica, visando uma melhor estrutura educacional, possibilitando não apenas a visão exclusiva da prática esportiva em suas aulas, mas obtendo como meta a disponibilidade de atividades que possam proporcionar aos educandos, o prazer pela promoção da saúde e um estilo de vida ativo, não apenas quando crianças, mas também na fase adulta.

Segundo Marinho (2010, p.114)

O que percebemos é que a ciência que trata do movimento humano ressurte-se de uma fundamentação filosófica que a oriente em direção às suas reais finalidades educativas, desfazendo a imagem tradicional e

deformada de que somos, simplesmente, educadores físicos ou “fazedores de músculos”.

A partir disso é de extrema necessidade, o desenvolvimento de uma matriz que priorize a formação de profissionais que se percebam técnicos, treinadores e instrutores, mas também educadores. Dentro do contexto da discussão das matrizes pedagógicas, os estágios supervisionados se constituem em momentos ímpares para a vinculação dos conteúdos aprendidos em sala de aula e o espaços reais de atuação do professor, podendo este trazer as questões observados nos campos de estágio novamente para a universidade e discutir sobre eles.

A RIQUEZA E A POBREZA DOS ESTÁGIOS CURRICULARES

Conforme Kulcsar (2005), os estágios supervisionados tornam-se um elo de articulação com a própria realidade, ou seja, a relação trabalho-escola e teoria-prática. É por meio do estágio que o acadêmico vai ter a vivência do trabalho, da profissão escolhida em suas diferentes áreas de atuação, e mostrar a si mesmo o que aprendeu na “teoria” em sala de aula ao aplicar suas aulas junto ao professor responsável. Esta vivência, embora podendo ser entendida em sala de aula, dependendo da metodologia utilizada pelo professor, se torna mais significativa ao aluno no momento da realização do estágio

Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio curricular supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência (BRASIL, 2002, p.10).

Dividir Bacharel de Licenciatura já foi um passo para a maior especificidade do curso (pelo menos em tese), cada qual com seus estudos direcionados, com maior ênfase no desenvolvimento de suas propostas, a teoria e a prática colocadas em questão.

O estágio assim direcionado às diferentes áreas de atuação tem como finalidade a busca de um maior aproveitamento das ementas propostas pela matriz curricular, conduzindo o acadêmico à realidade prática das experiências teóricas.

Segundo a Anfope* (1992), é preciso assumir uma nova postura na relação teoria e prática, a fim de buscar uma aproximação entre os currículos dos cursos que formam os docentes e a realidade escolar. Isso implica uma nova postura diante do trato com o conhecimento nas universidades (BORGES, 1998, p. 18).

Do mesmo modo que os estágio supervisionados podem agregar na formação do acadêmico, os mesmo podem se constituir em momentos formais de caráter mais burocrático do que formativo do processo educacional. O mero cumprimento de horas exigidas em determinado contexto não faz do momento do estágio, uma vivência crítica acerca do processo de atuação pedagógica. Sem uma mediação pedagógica que instigue o aluno a refletir sobre o contexto de intervenção, sobre os processos de ensino aprendizagem e as distintas formas de atuação, o momento de estágio pode não cumprir com as suas principais propostas, como a vincular a “prática à teoria”.

Conforme apresentam Gatti e Nunes (2009 apud SOUZA NETO et.al., 2012), boa parte dos estágios supervisionados na realidade brasileira não possui uma fundamentação com

relação à documentação, as formas de validação, os convênios com as escolas e espaços de estágios, sinalizando assim que estas atividades ocorrem totalmente a parte do currículo ou a realização dos mesmos ocorre de simplesmente como um aspecto formal.

É importante que não se perca de vista que o momento de estágio deva ser sim um momento em que ocorre o exercício e o contato com as dinâmicas da prática docente, o que possibilita que alguns elementos fiquem mais solidificados, como as escolhas, as tomadas de decisão e a compreensão do que é ser professor (SOUZA NETO et.al., 2012).

Dessa forma há a extrema necessidade de que se faça do momento de estágio de fato uma atividade educativa vinculada à toda matriz curricular do curso. Este momento é de suma importância e deve ser realizado de forma responsável, tanto pelas acadêmicos que os vivenciam quanto pelo professor mediador do professor, ou seja, o orientador acadêmico do estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acadêmicos não compreendem a necessidade de dominar o mínimo de conhecimento das diferentes áreas de atuação limitando-se a pensar unicamente na sua modalidade predileta, uma vez que adentram no curso a partir da vida de “atleta”. O fato dos estudantes procurarem o curso em razão de suas vivências no esporte não se constitui como problema, se ao ingressarem no ensino superior se depararem com um ensino crítico e ressignificador das práticas em Educação Física, o que por diversas vezes não ocorre, constituindo assim a formação profissional em continuação das vivências do ensino básico da Educação Física, marcadas pela exclusão dos menos aptos fisicamente e pela reprodução alienada das práticas motoras sem a devida contextualização e reflexão das mesmas.

Na medida em que iniciam sua atuação na área, o campo de trabalho nem sempre é o desejado ou pensado a priori, como o caso dos atletas, e é neste momento que o educando percebe lacunas na sua formação inicial, entregando sua força de trabalho a atividade laboral que traga mais lucro e não aquela que possui mais apreço e tem maior conhecimento a respeito. Muitos professores acabam deixando de lado alguns valores que a Educação Física pode acrescentar na vida de uma criança, tanto dentro da escola como em centros de iniciação esportiva. Visando apenas o crescimento em partes técnicas e táticas do esporte praticado, o professor acaba deixando de lado a noção de que seu aluno é uma criança e nessa idade o brincar é sua prioridade. O histórico de repetidas frustrações em Educação Física pode ter como consequência a formação de indivíduos que não possuem apreço pelas práticas corporais que não se exercitam com o objetivo de manutenção da saúde, por não gostarem de “esporte”, justamente o contrário daquilo que prega a Educação Física.

Os momentos de estágio, se bem orientados e não vivenciados como mera atividade formal, podem se constituir em fortuitos momentos de reflexão sobre a futura atuação, bem como a própria formação acadêmica e o direcionamento dela.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação
BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor de Educação Física e a construção do saber.** Campinas, SP: Papirus, 1998.
BRASIL. **Resoluções CNE/CP N° 2/2002.** Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002.

DARIDO, Suraya Cristina. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.8, n.1, p.61-80, jan-mar, 2004.

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In: PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2005. p.63-74.

KUNZ, E. **Educação física: ensino e mudanças**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

_____. **Educação física crítico-emancipatória: com uma perspectiva alemã do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

MARINHO, Vitor. **O esporte pode tudo**. São Paulo: Cortez, 2010. Volume 3.

SOUZA NETO, Samuel; BENITES, Larissa Cerignoni; IAOCHITE, Roberto Tadeu; BORGES, Cecília. O estágio supervisionado como prática profissional, área de conhecimento e locus de construção da identidade do professor de educação física. IN: NASCIMENTO, Juarez Vieira do; FARIAS, Gelcemar Oliveira (orgs). **Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2012.

Carolina Machado de Oliveira
Rua Guilherme Gemballa, 13, Bairro Jardim América,
Rio do Sul, SC, CEP: 89160-932
carolina@unidavi.edu.br